



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Marco Antônio Cabral Maggi



QUARTA CÂMARA CRIMINAL

219

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0191707-7

COMARCA: BONITO - PE

APELANTE: Ministério Público de Pernambuco

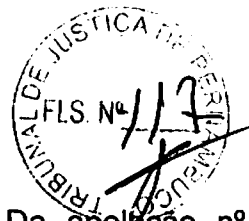
APELADO: JOSÉ AMARO DA SILVA

RELATOR: Des. Marco Antônio Cabral Maggi

5234

EMENTA: PENAL. PROCESSUAL
PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL.
ESTATUTO DO DESARMAMENTO.
POSSE ILEGAL DE ARMA DE FOGO
DE USO PERMITIDO NO INTERIOR
DA RESIDÊNCIA DENTRO DO
PERÍODO CHAMADO VACATIO
LEGIS INDIRETA. ATIPICIDADE DA
CONDUTA. RECONHECIMENTO.
APELO PROVIDO. DECISÃO
UNÂNIME.

1. Posse de arma de fogo de uso permitido no interior da residência constitui fato típico descrito no art. 12, da lei nº 10.826/03. Contudo, a Lei nº 11.922/09 em seu art. 20, suspendeu sua eficácia até o dia 31/12/2009 e tornou atípica a conduta.
2. Com a suspensão da eficácia do art. 30, da Lei nº 10.826/03, o disposto no art. 12, do estatuto do desarmamento não poderia ser aplicado para alcançar o fato tido como delituoso praticado durante a *vacatio legis indireta*.
3. Assim, se lei posterior deixa de considerar o fato imputado como criminoso, o disposto no art. 12, da Lei nº 10.826/03, não deverá ser aplicado já que a eficácia deste encontrava-se suspensa pelo art. 20 da Lei nº 11.922/09.



ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos Da apelação nº 0191707-7 em que são partes as acima nominadas, ACORDAM os Desembargadores componentes da Quarta Câmara Criminal deste Tribunal de Justiça, à unanimidade de votos, dar provimento ao recurso interposto nos termos do voto do Des. Relator.

220

Recife, 1º de junho de 2010.


Des. Marco Antônio Cabral Maggi
Presidente/Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Marco Antônio Cabral Maggi

221

QUARTA CÂMARA CRIMINAL

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0191707-7

COMARCA: BONITO - PE

APELANTE: Ministério Público de Pernambuco

APELADO: JOSÉ AMARO DA SILVA

RELATOR: Des. Marco Antônio Cabral Maggi



RELATÓRIO

Trata-se de recurso de apelação interposto pelo Ministério Público de Pernambuco, contra sentença condenatória de fls 78/81, proferida pelo juiz de Direito da comarca de Bonito em desfavor de JOSÉ AMARO DA SILVA.

Em suas razões recursais de fls 163/164, alega o apelante que de acordo com a denúncia o apelado fora flagrado de posse de uma arma de fogo de uso permitido no interior de sua residência. Salieta que a conduta imputada ao apelado foi a de manter em sua residência arma de fogo sem autorização e em desacordo com determinação legal ou regulamentar.

Acrescenta que a Medida Provisória nº 417, convertida na Lei nº 11.706/08, concedeu aos possuidores de arma de fogo de uso permitido não registradas a oportunidade de regularizá-las ou entregá-las espontaneamente a Polícia Federal até o dia 31/12/2008.

Sobrestado a eficácia do art. 12 do estatuto do desarmamento a conduta imputada ao apelado afigura-se atípica em face da *abolitio criminis temporalis*, pelo que **requer o provimento** do presente recurso e, por conseguinte, absolver o apelado das imputações insertas na denúncia.

fcs17

O apelado em suas razões recursais de fls 91/92, diz que assiste razão ao recurso interposto pelo promotor de justiça em favor do apelado. Com o advento da Lei nº 11706/08, alega que a eficácia do art. 12 do estatuto do desarmamento tornou o fato atípico. Ao final, pugna pelo provimento do apelo e, em consequência, a absolvição do apelado.

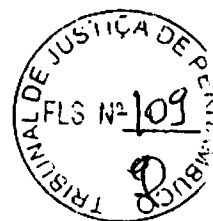
A douta Procuradoria de Justiça as fls 103/105, em parecer diz que merece provimento o recurso interposto pelo parquet. Ressalta que a Lei nº 11706/2008, suspendeu a eficácia do art. 12 do estatuto do desarmamento tornando atípica da conduta imputada ao apelado, porquanto, ficou prazo para que o possuidor de arma de fogo de uso permitido a entregasse a polícia Federal até o dia 31/12/2008. Assim, entende que o apelo deve ser provido.

É O RELATÓRIO.

À douta revisão.

Recife, 22 de fevereiro de 2010.


Des. MARCO ANTÔNIO CABRAL MAGGI
Presidente/Relator





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Marco Antônio Cabral Maggi



QUARTA CÂMARA CRIMINAL

PROCESSO Nº 191707-7

223

APELAÇÃO CRIMINAL

APELANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

APELADO: JOSÉ AMARO DA SILVA

RELATOR: DES. MARCO ANTÔNIO CABRAL MAGGI

VOTO

Srs. Desembargadores,
Sr.(a) Procurador(a).

O Representante do Ministério Público interpôs o presente recurso de apelação contra decisão (fls. 78-81) prolatada pelo MM. Juízo de Direito da Comarca de Bonito-PE, que condenou o apelante à pena definitiva de 03(três) anos e 04(quatro) meses de detenção, por ter infringido o art. 12 (posse ilegal de arma de fogo) da Lei 10.826/2003.

Consta na denúncia, que "no dia 07 de junho de 2007, por volta das 06:30 horas, o denunciado foi flagrado por policiais militares, possuindo ilegalmente no interior de sua residência, arma de fogo, descrita no auto de apresentação e apreensão de fls. 09". Consta ainda, que "dando cumprimento ao mandado de busca e apreensão expedido pela autoridade judiciária desta comarca, deslocaram-se para residência do denunciado, localizada na Rua Benício das Chagas, nº 75, Bairro do Veloso, nesta cidade, onde adentraram e encontraram em seu interior um revólver

Nas razões de apelação, fls. 85-86, o representante do Ministério Público, pugna pela atipicidade do delito, tendo em vista ter sido praticada a

pmhm

conduta no período concedido pela lei para devolução ou regularização de armas, nos termos do art. 386, inciso III, do Código Penal.

A defesa, nas contrarrazões recursais, às fls. 90-92, pugnou pelo provimento do recurso interposto pelo *Parquet*, uma vez que à época do crime estava suspensa a eficácia do *caput*, do art. 12 da Lei 10.826/2003, pela Medida Provisória de nº 417/2008.

224

A Procuradoria de Justiça, às fls. 103 a 105, opinou para que seja reformada a sentença, a fim de ser anulada a condenação imposta ao recorrente, por não se tratar de ilícito penal.

De logo, passo a analisar o pedido de absolvição do apelante em favor do apelado, com fundamento na lei nº 11.706/2008, em seu art. 5º, § 3º, que ampliou o prazo para devolução ou regularização de armas de fogo de uso permitido, sendo novamente prorrogado até 31 de dezembro de 2009, por meio da lei 11922/09.(art.20)

Há de se observar que o Estatuto do Desarmamento estabeleceu prazo de 180(cento e oitenta) dias para os possuidores de armas de fogo sem registro regularizá-las ou entregá-las a Polícia Federal. Esse prazo foi ampliado pela Medida Provisória 253, que foi convertida na Lei 11.191/05.

Ressalte-se que, atualmente, o prazo referido foi novamente dilatado, nos termos da lei nº 11. 922/09, que teve seu termo final prorrogado até 31 de dezembro de 2009.

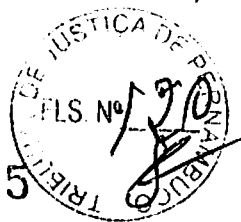
Portanto, é de se concluir que o dia da apreensão das armas encontradas na residência do acusado encontra-se no prazo estabelecido pelo legislador como *vacatio legis* indireta, devendo assim ser considerada atípica sua conduta.

Desta forma, vê-se que os prazos previstos nos art. 30, 31 e 32 do Estatuto do Desarmamento, só beneficiam os possuidores de arma de fogo (art.12, da Lei nº 10.826/2003). Assim, até que findasse tal prazo, que se iniciou em 23 de dezembro de 2003 e tem seu termo final prorrogado até 31 de dezembro de 2008,

conforme a Medida Provisória de nº 417, que foi convertida na lei 11.706/08, ninguém poderá ser preso ou processado por possuir arma de fogo.

Nesse sentido, colaciono o seguinte julgado:

225



"PENAL E PROCESSUAL PENAL. RECURSO ORDINÁRIO EM *HABEAS CORPUS*. LEI Nº 10.826/2003. TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL. PRAZO PARA A REGULARIZAÇÃO DA ARMA. ARTIGOS 30, 31 e 32, DO ESTATUTO DO DESARMAMENTO. PRAZO REFERENTE ÀS HIPÓTESES DE POSSE DE ARMA DE FOGO. NÃO SE CONFUNDE COM OS CASOS DE PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO.

1. Não se pode confundir posse irregular de arma de fogo com o porte ilegal de arma de fogo. Com o advento do Estatuto do desarmamento, tais condutas restaram bem delineadas. A posse consiste em manter no interior de residência ou no local de trabalho a arma de fogo. O porte, por sua vez, pressupõe que a arma de fogo esteja fora da residência ou local de trabalho.
2. Os prazos a que se referem os arts. 30, 31 e 32, da Lei nº 10.826/2003, só beneficiam os possuidores de arma de fogo, i.e., quem a possui em sua residência ou emprego. Dessa maneira, até que finde tal prazo (hoje prorrogado até 23/06/2005- consoante a Medida Provisória nº 229/2004, de 18/12/2004, ninguém poderá ser preso ou processado por possuir(em casa ou no trabalho) uma arma de fogo.
3. *In casu*, a conduta atribuída ao paciente foi a de possuir arma de fogo de uso permitido. Logo, se enquadra nas hipóteses excepcionais do arts. 30, 31 e 32 do Estatuto do Desarmamento, que se referem aos casos de posse de arma de fogo.

Recurso provido. (RHC 16.990/PR, 5ª Turma, Ministro Felix Fischer, DJU de 23/05/2005).

Para reforçar o entendimento podemos citar também o seguinte julgado:

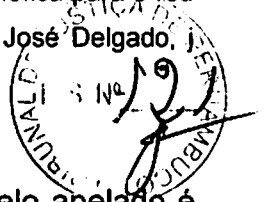
"PENAL. RECURSO ESPECIAL. ART. 1º, *CAPUT*, DA LEI Nº 9437/97. ARTIGOS 30, 31 E 32, ESTATUTO DO DESARMAMENTO. POSSE ILEGAL DE ARMA DE FOGO. FATO ANTERIOR AO INÍCIO DO PRAZO PARA REGULARIZAÇÃO DA ARMA.

1. A Lei Nº 10.826/03 em seus artigos 30 a 32 estipulou um prazo para que os possuidores de arma de fogo regularizassem sua situação ou entregassem a arma para a Polícia Federal. Dessa maneira, até que findasse tal prazo, que se iniciou em 23 de dezembro de 2003 e que teve seu termo final prorrogado

até 23 de outubro de 2005 (Lei 11.191/2005), ninguém poderia ser processado por possuir arma de fogo.

2. A nova lei, ao menos no tange aos prazos dos artigos 30 a 32, que a doutrina chama de *abolitio criminis* temporária ou de *vacatio legis* indireta ou até mesmo de anistia, deve retroagir, uma vez que mais benéfica para o réu (Apn nº 394/RN, Corte Especial, Rel. p/ Acórdão Ministro José Delgado, 15/03/2006).

226



Assim, tendo em vista que a conduta perpetrada pelo apelado é atípica, já que se encontra enquadrada na hipótese do art. 12, do Estatuto do Desarmamento, faz-se necessário a sua absolvição, com fundamento no dispositivo do art. 386, III, do CPP, por não constituir o fato, à época, infração penal.

Por todo o exposto, meu voto é **dando provimento ao recurso** para absolver José Amaro da Silva com fulcro no art. 386, inciso III do Código de Processo Penal, por não constituir o fato infração típica.

É COMO VOTO.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima



QUARTA CÂMARA CRIMINAL

227

PROCESSO Nº 0191707-7

APELAÇÃO CRIMINAL

APELANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

APELADO: JOSÉ AMARO DA SILVA

RELATOR: DES. MARCO ANTÔNIO CABRAL MAGGI

REVISOR: DES. GUSTAVO AUGUSTO RODRIGUES DE LIMA

PROCURADOR DE JUSTIÇA: ANTÔNIO CARLOS DE OLIVEIRA
CAVALCANTI

V O T O

Trata-se apelação criminal aforada pelo Ministério Público em face da sentença proferida pelo MM. Juízo de Direito da Comarca de Bonito, que condenou o apelado José Amaro da Silva a pena de três anos e quatro meses de detenção por posse ilegal de arma de fogo de uso permitido (art. 12 da Lei nº 10.829/2003).

O apelante pugna pela declaração da absolvição do apelado em razão da atipicidade da conduta atribuída ao apelado, alegando que no dia em que se deu o fato narrado na exordial, a conduta de possuir arma de fogo era temporariamente atípica em função da Medida Provisória nº 11.191/2005, que estabeleceu prazo para que todos os possuidores de arma de fogo regularizassem o registro.

Compulsando os autos, verifica-se que assiste razão o Parquet.

Narra a exordial que, em 07 de junho de 2007, o paciente foi flagrado em sua residência na posse de um revólver calibre 32 de fabricação Argentina, nº 3369-a, com capacidade para sete munições.

É entendimento consolidado nos Tribunais Patrios que, diante da literalidade dos artigos relativos ao prazo legal para regularização do registro da arma (artigos 30, 31 e 32 da Lei 10.826/03), observa-se a descriminalização temporária exclusivamente em relação às condutas delituosas relativas à posse de arma de fogo de uso permitido, tal como descrito no artigo 12 da referida lei.

Com efeito, ao se analisar a redação dos artigos 30 e 32 da Lei nº 10.826/03 (Estatuto do Desarmamento), percebe-se que o legislador determinou que os proprietários ou possuidores de armas de fogo não registradas deverão, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, sob pena de responsabilidade penal, solicitar os respectivos registros, sendo lhes facultada a entrega dessas armas à Polícia Federal mediante recibo e indenização, nos termos de decreto regulamentador, sendo presumida a boa-fé.

O Estatuto do Desarmamento estabeleceu que o prazo para a regularização das armas de fogo não registradas começaria a correr da data de sua publicação, ou seja, a partir de 23 de dezembro de 2003. Todavia, a Medida Provisória nº 174, publicada em 19 de março de 2004, alterou o termo inicial dos prazos previstos nos artigos 29, 30 e 32, da Lei nº 10.826/03, determinando que só começariam a fluir da data da publicação do decreto regulamentador. O prazo para a regularização foi prorrogado sucessivamente até que, em 13 de abril de 2009, foi editada a Lei nº 11922, que, em seu art. 20, estabelece o seguinte:

"Art. 20. Ficam prorrogados para 31 de dezembro de 2009 os prazos de que tratam o § 3º do art. 5º e o art. 30, ambos da Lei 10.826, de 22 de dezembro de 2003".

Como se percebe, na data em que o paciente foi preso (07 de junho de 2007) estava fruindo o prazo legal para a regularização do registro da arma, sendo certo que, naquela

época, havia descriminalização temporária da conduta de posse ilegal de arma de fogo.

229

Sobre o tema, convém transcrever decisão do Superior Tribunal de Justiça:

"CRIMINAL. HC. RECEPÇÃO. POSSE DE ARMAS DE FOGO E DE MUNIÇÕES FLAGRANTE LAVRADO NA VIGÊNCIA DO ESTATUTO DO DESARMAMENTO. POSSIBILIDADE DE REGULARIZAÇÃO DA POSSE OU DE ENTREGA DAS ARMAS.

VACATIO LEGIS INDIRETA E ABOLITIO CRIMINIS TEMPORÁRIA. ATIPICIDADE DA CONDUTA. ORDEM CONCEDIDA.

I. A Lei n.º 10.826/03, ao estabelecer o prazo de 180 dias para que os possuidores e proprietários de armas de fogo sem registro regularizassem a situação ou as entregassem a Polícia Federal, criou uma situação peculiar, pois, durante esse período, a conduta de possuir arma de fogo deixou de ser considerada típica.

II É prescindível o fato de se tratar de arma com a numeração raspada e, portanto, insuscetível de regularização, pois isto não afasta a incidência da vacatio legis indireta, se o Estatuto do Desarmamento confere ao possuidor da arma não só a possibilidade de sua regularização, mas também, a de simplesmente entregá-la à Polícia Federal.

III. Tanto o art. 12, quanto o art. 16, ambos da Lei n.º 10.826/2003, pela simples posse, ficam desprovidos de eficácia durante o período de 180 dias. Precedentes.

IV. Deve ser trancada parte da ação penal instaurada contra o paciente, quanto aos delitos tipificados no art. 12 e art. 16, ambos da Lei n.º 10.826/03, por atipicidade da conduta, mantendo-se, no entanto, a imputação relativa à recepção.

V. Ordem concedida, nos termos do voto do Relator." (HC nº 42.374/PR, Relator Ministro Gilson Dipp, in DJ 1º/7/2005).

O entendimento de que a posse de arma de fogo é conduta atípica, durante a vigência do prazo para a regularização, também é recepcionada por este Tribunal de Justiça, verbis:

"Direito Penal. Apelação. Sentença condenatória. Aquisição, transporte e cessão de arma de fogo. Delitos praticados ainda na vigência da Lei 9.437/1997. Superveniência da lei 10.826/2003. Posse ilegal de arma de fogo (artigos 30 e 32 da lei 10.826/2003). Vacatio legis indireta. Emprego de arma de fogo em caça de aves silvestres. Atipicidade, no caso concreto, para o Estatuto do Desarmamento. Absolvição de ofício. 1.As condutas de adquirir, transportar e ceder arma de fogo, em desacordo com a norma legal, ocorreram ainda na vigência da Lei 9437/1997, o que afasta a tipificação dada na sentença; 2.Caçar aves silvestres é o único ato associável à conduta de "empregar arma de fogo", mas que não constitui o objeto da denúncia. 3.Por conseguinte, não se amolda ao tipo penal previsto no art. 14 da Lei 10.826/2003. 4.A posse ilegal de arma de fogo é tipificação inaplicável, por encontrar-se suspensa a criminalização da conduta, em decorrência da «vacatio» «legis» indireta, conforme se depreende dos arts. 30 e 32 do Estatuto do Desarmamento, com redação dada pela Lei 11.706/2008. 5.Absolvição operada ex officio. Decisão unânime. POR UNANIMIDADE, DEU-SE PROVIMENTO À APELAÇÃO E OPEROU-SE EX OFFÍCIO, A ABSOLVIÇÃO DO APELANTE, À MÍNGUA DA CONFIGURAÇÃO DO TIPO PENAL A ELE IMPUTADO, TUDO DE ACORDO COM OS VOTOS PROFERIDOS PELOS

DESEMBARGADORES RELATOR E REVISOR. "(Acórdão nº 153000-9, Relator: Des. Roberto Ferreira Lins, julgamento: 27/01/2009)

Diante do exposto, em sintonia com o parecer da d²³⁰outa Procuradoria de Justiça, voto pelo provimento do presente apelo ministerial para rescindir sentença ora vergastada, declarando a absolvição do apelante, expedindo-se o competente alvará de soltura para que o mesmo seja posto em liberdade, se por outro motivo não deva permanecer preso.

É COMO VOTO

Recife, 01 de junho de 2010.


Des. Gustavo Lima
RELATOR

